

Democracia em Disputa: atravessamentos discursivos na sessão de julgamento do Impeachment de Dilma Rousseff

Autor: Renato Duarte Caetano (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG rduartecaetano@gmail.com)

Coautora: Marina Martins Chebly (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG rduartecaetano@gmail.com)

Área Temática: 11. Opinião Pública e Comunicação Política

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).
Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

Resumo

No presente trabalho propomos realizar uma análise de discurso das enunciações dos deputados federais brasileiros durante a votação da aceitação ou rejeição do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Através desta análise, problematizaremos como a ideia de democracia se encontrava em disputa nos discursos destes parlamentares. Para realizar este estudo, nos fundaremos numa combinação da noção de ordem do discurso de Foucault (1996) e da metodologia de enquadramentos como apresentada por Entman (1993). Ao utilizarmos destes autores, mostraremos como as falas dos deputados enquadram a ideia de democracia em quatro quadros diferentes: (i) a democracia como representação, (ii) a democracia como construção histórica, (iii) a democracia como ritos e por fim (iv) a democracia como a justiça. Em seguida buscaremos associar estes quadros a concepções diferentes dos teóricos modernos da democracia. O objetivo deste artigo é justamente compreender melhor em quais termos, circunstâncias e contextos se deu a disputa sobre o significado da democracia para os deputados federais durante a sessão de votação da aceitação do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Deputados Federais; Análise de Discurso; Democracia

1. Introdução

No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados do Brasil realizou a votação, em turno único, do Parecer da Comissão Especial sobre a denúncia contra a então Presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade. Durante esta sessão que durou mais de nove horas, houve um específico momento em que todos os deputados presentes eram chamados ao microfone pelo então presidente da Câmara deputado Eduardo Cunha, para anunciarem publicamente seus respectivos posicionamentos. Os deputados federais brasileiros enunciavam e justificavam seus respectivos votos — a favor ou contra o acatamento da denúncia — com discursos individuais breves. Tais discursos, além de causarem grande repercussão na mídia e marcarem, pelo contexto em que foram pronunciados, um momento extremamente relevante na história da democracia do Brasil, evidenciam e prestam à análise referenciais importantes dos valores e ideais de democracia empregados pelos deputados. Desta forma, defendemos que a análise dos discursos na passagem do processo de impeachment da primeira presidente mulher do Brasil, pela Câmara dos Deputados, é de suma importância para se compreender os trilhos pelos quais a disputa sobre o significado do que é a democracia no Brasil passa. Ressaltamos que a quantidade de vezes em que a palavra “democracia” foi mencionada durante as nove horas de votação, foi uma primeira evidência da percepção de que esta ideia prestou um papel central na construção narrativa da maioria dos parlamentares. Em segundo lugar, como veremos adiante, a maneira, o contexto e o lugar de onde esta palavra e esta ideia foi referenciada verbalmente foi de suma importância para a construção de seu significado, sendo assim, argumentamos que é possível e importante perceber os atravessamentos culturais discursivos por trás da significação da ideia de democracia presente nestes discursos.

Tentar compreender a construção discursiva destes significados em disputa, torna-se então, um exercício de suma importância para contribuir diretamente não só com a compreensão da construção narrativa do processo de impeachment, mas principalmente com a própria construção do significado de democracia pelos chamados representantes eleitos do povo. Neste trabalho nos propomos então a colaborar diretamente com a agenda de pesquisa que busca entender e analisar as disputas discursivas sobre o significado de democracia, principalmente no que concerne o contexto histórico das ditas

recém consolidadas democracias da América Latina. É então nesta maneira que através desta análise organizarei a disputa discursiva dos deputados a respeito do significado de democracia em quatro quadros principais: (i) a democracia como representação, (ii) a democracia como construção histórica, (iii) a democracia como rito e (iv) a democracia como justiça.

2. Metodologia

A base textual de análise deste trabalho conta com as 331 páginas de transcrição oficial da sessão deliberativa extraordinária **091.2.55.O**¹ realizada no dia 17 de abril de 2016 na Câmara dos Deputados. Tal documento oficial é disponibilizado online pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados e conta com a reprodução na íntegra do discurso dos 511 parlamentares que participaram e votaram no referido processo. Fizemos a escolha de analisar o conteúdo discursivo desta sessão, na sua forma textual, em oposição às gravações de vídeo, justamente pelo fato de que tal sessão durou mais de nove horas, e como estávamos buscando especificamente pelas menções à palavra *democracia*, a forma textual pareceu a mais indicada. A respeito da análise, foi possível perceber que existem dois momentos em que a palavra democracia é mobilizada na transcrição dos discursos dos parlamentares, o primeiro momento é onde os líderes e os inscritos realizam falas mais longas a respeito do processo de impeachment, e o segundo é quando os deputados verbalizam seus votos de sim ou não à aceitação deste processo. Para este trabalho utilizamos apenas as falas do segundo momento, isto porque é neste segundo momento em que todos os 511 deputados se pronunciam em sequência, e é só aí quando podemos colocar em comparação a fala de todos os parlamentares presentes. Frisando que neste segundo momento, as falas foram realizadas sob condições relativamente similares, isto é, com uma duração semelhante, um mesmo local físico de pronunciamento e o compartilhamento do objetivo central de se pronunciar a favor ou contra o processo. Desta maneira poderíamos dizer que a mobilização da ideia de democracia neste segundo momento, é mais interessante pois ela entra em disputa num contexto compartilhado, que seria o pronunciamento a respeito da pergunta sobre a aceitação

¹ Disponível em:

<<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>>, acesso em 01/12/2016.

rejeição do processo de impeachment. Na realização desta tarefa dividimos a transcrição dos discursos dos deputados em dois momentos, o anterior a votação e o durante a votação. Por motivos já explicitado anteriormente, escolhemos trabalhar com este segundo momento, sendo assim, recortamos as falas de todos os 511 deputados, buscando aquelas que mencionavam a palavra democracia. No total foram encontradas 89 falas (e respectivamente 89 deputados) que mencionaram a ideia de democracia em seus discursos. Em seguida analisamos cuidadosamente todas estas 89 falas, agrupando aquelas que davam um significado ou associação similar a ideia de democracia, criando assim os referidos quatro quadros. Destaca-se por fim que dos 89 deputados selecionados, 75 votaram contra o processo e 14 votaram a favor.

Dito isto destacamos que nosso trabalho é limitado ao não capturar as formas de expressão corporal e de entonação das falas, apesar das transcrições conterem a transcrição de algumas das reações do plenário como apupos, palmas e gritos coletivos. Desta forma substituímos a análise de discurso como pensadas por Fairclough e Charaudeau e passamos a adotar a metodologia de enquadramentos de Entman (1993) combinada às discussões de Foucault (1996) a respeito da *ordem do discurso*, justificaremos a seguir, esta escolha.

Como explicitado na introdução, defendemos neste trabalho que os discursos dos deputados a respeito da democracia, nesta sessão histórica importam, justamente porque eles são o que constroem e colocam em disputa significativa uma parte importante, da realidade da democracia no Brasil. A ideia de que disputas discursivas acerca de determinados significados são também disputa políticas de poder, pode ser encontrada nas discussões de Michel Foucault a respeito da própria produção de discursos. Segundo este autor, a produção de discursos é ao mesmo tempo uma produção de verdades e realidade, podendo ser feita, por exemplo, a partir de várias formas de controle que atravessam a produção de enunciados, isto é, a partir da ordem do discurso. Esta ordem do discurso funciona como uma espécie de trama que diz respeito às próprias condições que permitem a um enunciado ser ou não expresso. A existência de constrangimentos, que não nos permitem expressar certos enunciados, demonstra a existência normas de controle e exclusão sobre aquilo que deve ser dito, para esclarecer melhor seu argumento, o autor dá o exemplo da separação entre razão e loucura, onde em determinado tempo e espaço pode-se condenar certo enunciado por “escapar à razão”. Esta situação demonstra a respeito do funcionamento deste controle sobre o que pode ou não ser dito. Poder-se-ia dizer que a comunicação, o discurso e a razão para Foucault

não podem ser autônomos a partir do momento em que se encontram irrevogavelmente banhados por relações de poder. O autor nos chama a atenção para as constantes disputas discursivas que atravessam os indivíduos em suas produções de verdades sobre o mundo e sobre si mesmos:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1996, p. 9).

Na medida em que passamos a conceber a importância destes discursos, em sua materialidade e produção de verdades, isto é, na medida em que os compreendemos como produtores de realidades atravessadas por relações de poder, resta-nos pensar e observar sob quais formas estes são colocados, qual realidade produzem e qual outras formas estes limitam. Pensamos assim que a metodologia adequada para este trabalho seria a análise de enquadramento como proposta por Entman (1993), pois se para Foucault, é importante compreender as construções sociais pelas quais os discursos são atravessados, em sua produção de significados, é justamente através da captura destes recortes de realidade que se compreende percepções de mundo em disputa. A análise de Robert Entman, se combina então com as discussões de Foucault uma vez que o primeiro propõe justamente a captura das chamadas molduras de sentido sobre uma determinada realidade, que neste caso seriam os modos como os enunciados e os discursos de cada deputado constroem uma perspectiva específica sobre o que é a democracia. Em seu texto *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm*, o autor Robert M. Entman esclarece como se dá o uso dos enquadramentos ferramenta de análise de análise discursiva:

Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described. (ENTMAN, R.1993 p.52)

Desta maneira, ao dizer que combinaremos as discussões de Foucault e Entman para construir nossa análise, quero dizer que conceberemos os discursos dos deputados federais em sua materialidade, em sua produção de realidade a respeito da democracia,

na medida em que os parlamentares atribuem e limitam o significado desta. Sendo assim buscaremos capturar nos discursos, as molduras de sentido sobre a democracia, o modo como cada parlamentar construiu suas percepções específicas sobre a mesma, quais características e qualidades deste modo de governo, cada um ressaltou ou associou para mobilizá-lo. E pôr fim buscaremos relacionar brevemente esta significação às discussões de teóricos modernos da democracia. O que eu chamei então anteriormente de quatro quadros, é basicamente a formulação de quatro grandes planos organizadores, capazes de agrupar estas distintas definições de democracia produzida pelos diferentes discursos, e relacioná-las aos referidos autores modernos.

Para concluir as explicações a respeito da metodologia utilizada, entendemos que é importante apontar sobre como os discursos selecionados, na maioria das vezes, mobilizaram a palavra democracia para afirmar que esta deveria ser defendida, em par de igualdade a outras ideias, como as eleições ou a constituição etc. Isto é, os deputados associavam a ideia de democracia à outras palavras, construindo associativamente um significado para esta. Os enquadramentos, então, funcionam ao agrupar estas construções de significados, essa qualificação e delimitações da ideia de democracia. Seja feita através de uma associação de significados: ASSIS DO COUTO (PDT-PR.): [...] **Pela democracia, em respeito à Constituição**, que juramos cumprir nesta Casa, **pela cidadania dos mais pobres deste País** [...] (Transcrição oficial, p. 146, destaque nosso) ou seja através de uma categorização mais direta:

JUNIOR MARRECA (PEN-MA): [...] Eu gostaria de dizer ao nobre Deputado Beto Mansur que **nós aqui não estamos fazendo democracia. Nós estaríamos fazendo democracia se déssemos àqueles que estão nas ruas a oportunidade de ir às urnas, votar e escolher o seu Presidente democraticamente. Aí, sim, estaríamos fazendo democracia.** Como disse João Castelo, para não perder a minha dignidade nem minha coerência, voto “não” ao *impeachment*. [...] (*Ibid.*, p. 209, destaque nosso)

Argumentamos assim que na medida em que os parlamentares associaram, qualificaram ou delimitaram a ideia de democracia a uma outra palavra ou frase, estes construíram interpretações específicas a respeito da própria ideia de democracia. Tal construção de significações não devem sua originalidade aos deputados, mas são atravessadas, como veremos por interpretações compartilhadas de mundo em disputa. Sendo assim, justifica-se novamente a utilização das discussões de Foucault e da metodologia de Entman, uma vez que para além de organizar, de forma a exibir as definições de

democracia apresentadas nos discursos dos parlamentares, buscaremos também analisar como estas formas assumem vida, materialidade, ao delimitarem os significados possíveis para a ideia de democracia. Isto é, vamos tentar compreender quais mecanismos discursivos permitem que determinadas significações para a ideia de democracia sejam evocadas, e sob quais condições ocorrem. Como observaremos adiante, o partido, o voto de sim ou não, e a interpretação do próprio processo de impeachment foram circunstâncias decisivas na mobilização da ideia de democracia, e também prestaram um papel para seu enquadramento. A estratégia então adotada, neste artigo, foi justamente a de construir enquadramentos que fossem capazes de capturar e mapear os sentidos atribuídos à ideia de democracia, como também as circunstâncias, contextos e elementos que os permitiram serem viabilizados. Este mapeamento dos atravessamentos discursivos que a ideia de democracia sofreu durante esta sessão, aponta para informações importantes como os discursos dominantes e os não dominantes salientados dentro deste debate, permitindo compreender seus pontos de tensões, contradições e concordâncias.

3. Desenvolvimento

3.1 A Democracia como Representatividade

O primeiro quadro, como explicitado na introdução engloba as falas dos congressistas que de certa forma enquadram a democracia como relacionada sobretudo à uma ideia de *representatividade*, isto é, neste quadro se localizam as falas dos parlamentares que ao enunciarem seus votos de sim ou não à aprovação do processo de impeachment, mobilizaram uma ideia de democracia relacionando-a especialmente à representação de determinados grupos. Os grupos referidos nas falas dos congressistas, podem ser divididos em quatro principais; 1) o povo de forma geral, 2) os manifestantes nas ruas, 3) alguns grupos minorizados, e por fim, 4) as pessoas de um território específico, podendo variar entre o nacional, territorial ou municipal. A ideia aqui é observar então como os deputados enquadraram a ideia de democracia como representatividade, isto é, quais grupos foram mobilizados para serem pensados como representáveis, como se dá esta representação e porque ela é importante para a construção do significado da democracia. Ressalta-se que este é o quadro que contém o número mais elevado de falas.

Sobre as falas que se referem ao povo brasileiro de forma geral, devemos destacar antes de tudo, que estas apesar de evocarem a noção de povo, elas não se referem a uma noção de soberania popular, muito contrário, na maioria das vezes o que elas buscam realizar é encaixar uma população específica na ideia de geral de povo. Como podemos observar no exemplo abaixo, o deputado João Daniel traz em sua fala a representação da classe trabalhadora, dos pobres e do povo sergipano, mas no final de seu discurso, ele aclama o povo brasileiro, enquadrando desta forma que a democracia é por parte a defesa o interesse destes grupos, e representa-los é de certa forma representar também o povo brasileiro:

JOÃO DANIEL (PT-SE): [...] A **classe trabalhadora** está nas ruas e não vai aceitar esse golpe de graça. Esse é um golpe contra os **pobres**, **esse é um golpe contra a luta do povo brasileiro**, esse é um golpe contra os direitos da classe trabalhadora. **Nós votamos com a democracia**, nós votamos com a honestidade da Presidenta Dilma. Nós votamos contra o golpe. Não ao golpe! Viva o **povo sergipano!** Viva o **povo brasileiro** [...] (*Ibid.*, p. 315, destaque nosso)

Esta mesma ideia é repetida pelo deputado JHC, do PSB, que inicialmente evoca uma representação dos jovens e o povo do Estado de Alagoas para depois reafirmar uma representação do povo brasileiro de forma geral.

JHC (PSB-AL): [...] Quis **o povo do meu honrado Estado de Alagoas** que eu estivesse aqui, no dia de hoje, para fazer história. Eu sabia da minha responsabilidade, por ter sido o Deputado Federal mais votado daquele Estado; sabia da minha responsabilidade, **também, por ser o Deputado mais jovem**. E, hoje, com essa responsabilidade na minha mão, de **representar os jovens** que querem uma política séria, transparente, ética — e também **representando o povo brasileiro** —, venho aqui me manifestar [...] (*Ibid.*, p.319, destaque nosso)

A única parlamentar que faz referência em sua fala ao povo brasileiro de forma geral, sem recortar ou especificar quais grupos pertencem a este povo, é a deputada Erika Kokay, que mobiliza esta noção geral de representação do povo brasileiro, para enquadrar a democracia como um fator determinante no fim do sofrimento deste povo, que inclusive já viveu um período histórico onde a democracia não estava presente:

ERIKA KOKAY (PT-DF): [...] Por não haver saída fora da democracia; **em homenagem ao povo brasileiro, que carrega as marcas de ausência de democracia na pele e na alma**; contra a corrupção, que está sentada na Presidência desta sessão; contra o golpe e a traição; em defesa dos direitos e em defesa da democracia,

eu voto contra o golpe, eu voto “não” [...] (*Ibid.*, p.170, destaque nosso)

O segundo grupo evocado como representável pelos deputados (que mobilizaram em suas falas uma ideia de democracia) foram os manifestantes, sendo aqui “manifestantes” entendidos como qualquer grupo que possui ou adquiriu certa visibilidade ao protestar publicamente. Neste caso, os congressistas mobilizaram o conceito de democracia como relacionado diretamente à uma ideia de defesa daqueles que participam ou participaram de processos de mobilização coletiva pela defesa pública de certos interesses. Falas como as de Arlindo Chinaglia, ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP): [...] Então, em defesa da democracia, em defesa da Constituição, em defesa de **homens e mulheres que estão nas ruas hoje e que estiveram sempre nas ruas em defesa da democracia**, o meu voto é “não” [...] (*Ibid.*, p.182, destaque nosso) demonstrariam esta ideia de representar um ou mais grupos de manifestantes. Outros como Luiz Couto também do PT, igualmente nos serve de exemplo, LUIZ COUTO (PT-PB): [...] Por isso, em nome da democracia, **em nome dos trabalhadores que estão nas ruas**, nós vamos reagir e votamos "não" [...] (*Ibid.*, p.297, destaque nosso). Uma outra fala que se destaca dentre estas inúmeras que evocaram os manifestantes, é a de Margarida Salomão, que defende não só os protestos coletivos nas ruas, mas como também as manifestações virtuais:

MARGARIDA SALOMÃO (PT-MG): [...] Eu quero falar, em nome da democracia, em homenagem a **todos os que estão nas redes sociais e nas ruas, lutando pela democracia** e contra o golpe, que voto contra o golpe, contra os golpistas, contra Eduardo Cunha, contra Michel Temer [...] (*Ibid.*, p.267, destaque nosso)

A fala de Margarida Salomão é de suma importância neste quadro, justamente porque ela demonstraria uma defesa de que a democracia também pode ser expressa virtualmente, e que a Câmara estaria preocupada com este tipo de demonstração. Por fim, como podemos observar, nestas três falas, todos os deputados fazem referência à grupos de manifestantes, porém estes fazem questão de especificar a qual grupo de manifestantes estão fazendo referência, podendo ser estes ou a classe trabalhadora, ou aquelas pessoas que se manifestam online ou fisicamente pela defesa da democracia etc.

A respeito das falas que se referem aos grupos minorizados, aqui perceberemos como os deputados atribuem à democracia um significado de representação e defesa de certos grupos entendidos como minorias sub-representadas. Ad exemplum as mulheres, LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP): [...] **Pelos que deram a vida pela democracia** no

Brasil e **pelo empoderamento das mulheres**, meu voto é “não” [...] (*Ibid.*, p.194, destaque nosso), ou as classes mais baixas, ARIOSTO HOLANDA (PDT-CE): [...] **em defesa da democracia**, em defesa do Estado de Direito, pelo crescimento das nossas universidades federais, dos institutos federais e **pela população mais pobre** deste País, o meu voto é “não” [...] (*Ibid.*, p.213, destaque nosso) ou as comunidades tradicionais:

NILTO TATTO (PT-SP): [...] Sr. Presidente, **em defesa dos direitos indígenas e dos quilombolas**, em defesa da reforma agrária, em defesa da agricultura familiar, em defesa do Minha Casa, Minha Vida, em defesa da Constituição e da democracia, eu sou contra esse golpe tramado pelo Presidente desta Casa e pelo Vice-Presidente Michel Temer [...] (*Ibid.*, p.197, destaque nosso)

A presença de um enquadramento da democracia como a defesa e representação de grupos minorizados contribui para se pensar que a ideia democracia para este grupo de deputados, perpassa uma representação de interesses e direitos de grupos sub-representados.

Por fim, o último grupo a ser lembrado nas frases destacadas dos deputados, se relaciona à uma ideia de território nacional, estadual ou municipal. Estas falas se diferenciam do primeiro grupo, justamente por não enunciarem uma ideia de *povo*, elas se voltam para uma representação do significado de cada estado como território geográfico. Com isto quero dizer que as falas dos deputados abaixo, associam à ideia de democracia, a representação dos aspectos culturais, territoriais e históricos de seus estados e da nação Brasileira. Em falas como MARCO ANTÔNIO CABRAL (PMDB-RJ): [...] Sr. Presidente, **pelo Brasil, pelo meu Estado do Rio de Janeiro, pela democracia**, voto “sim” [...] (*Ibid.*, p.240, destaque nosso) ou em outras como, PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO): [...] **Pela democracia**, com tranquilidade, consciência plena, eu voto “sim”, **pelo Tocantins, pelo Brasil** e pela minha família [...] (*Ibid.*, p.176, destaque nosso). Parece ser evidente como em seus discursos, certos congressistas afirmam representar para além do povo de seu estado, todas as outras características que definem o determinado território como tal, sempre dentro da ideia de democracia, como exemplo final destacamos fala do deputado do PSDB Bruno Araújo, que esclarece melhor este debate:

BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE): [...] Sr. Presidente, quanta honra o destino me reservou de poder da minha voz sair o grito de esperança de milhões de brasileiros. Senhoras e senhores, **Pernambuco nunca faltou ao Brasil. Carrego comigo nossas histórias de luta pela**

liberdade e pela democracia. Por isso, eu digo ao Brasil “sim” pelo futuro! [...] (*Ibid.*, p.303, destaque nosso)

Poderíamos dizer que estas falas nos remetem diretamente à discussão de que para este grupo de congressistas, a democracia é enquadrada por uma ideia de soberania do estado brasileiro como nação, isto é, um forte patriotismo atravessa estas falas, podendo conter também uma espécie de representação mais regionalista. Observa-se como neste caso, os deputados em destaque votaram “sim” à aceitação do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

O que podemos concluir deste quadro, é que, dentro da disputa discursiva a respeito do significado da democracia, muito são os deputados que apresentam em seus enunciados um enquadramento da democracia que passa por uma ideia de representação de grupos sociais específicos. O que nos remete às discussões da teoria democrática pluralista de Robert Dahl. Ao analisarmos os trechos acima poderíamos ver situações como:

Na medida em que um sistema torna-se mais competitivo ou mais inclusivo os políticos buscam o apoio dos grupos que agora podem participar mais facilmente da vida política. A resposta de políticos à existência de novas oportunidades de participação e contestação é diversificada. (...) adaptar retórica, programa, política e ideologia ao que se acredita que sejam os desejos ou interesses dos grupos, segmentos ou camadas até então não representados. (DAHL, R. 1997 p. 43)

O que vemos nos discursos dos deputados, seria de certa forma, o enquadramento da democracia como a defesa da consideração e expressão de preferências de grupos sociais, mas sem levar em consideração uma participação mais direta. A predominância da referência à representação de manifestantes, das classes sociais mais baixas e de populações de territórios nacionais específicos, demonstraria justamente a busca dos agentes políticos por uma mudança de seus discursos, em direção a uma ideia de representação destes sujeitos mais próximos (do mesmo estado, sexo ou idade), incluídos recentemente na vida política. Outro fator que evidenciaria esta proposição seria a maneira como os discursos dos deputados buscaram de formas diferentes enquadrarem uma ideia de “povo” em um ou mais grupos restritos.

3.2 A Democracia como Construção Histórica

O segundo quadro apresenta discursos que situam a ideia de democracia como uma importante construção histórica, isto é, as falas dos congressistas abaixo enquadram a

democracia como um processo em constante fabricação, e que inclusive muitas vezes pode se encontrar ameaçado por fatores externos. Dito isto, buscaremos demonstrar como as falas aqui selecionadas, mobilizam esta ideia de democracia através da referência à importância da ação de determinados agentes, grupos, partidos para reafirmar a influência destes na defesa e construção da democracia como processo.

Nas duas falas a seguir podemos observar como os deputados se referem ao legado histórico-partidário dos mesmos no que concerne a construção da democracia. A primeira fala, por exemplo, busca destacar o que seriam conquistas de ex-presidentes como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola (PDT e PTB), AFONSO MOTTA (PDT-RS): [...] **Pelo legado de Getúlio, Jango e Brizola, pela democracia e o Estado Democrático de Direito, pelo Brasil, o PDT vota “não”** [...] (Transcrição oficial, p.124, destaque nosso). A segunda associa à ideia de democracia, o legado partidário do PSOL como partido de esquerda de oposição. Destaca-se que se caracteriza como oposição ao próprio governo que também se afirma de esquerda. Desta forma o deputado enquadra a democracia como um processo de “pluralidade de opiniões”, mas de forma respeitosa.

EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA): [...] Sr. Presidente, o meu voto é um rotundo “não”, com a moral de ser de um partido, o PSOL, **que faz oposição, mas oposição de esquerda, programática, socialista ao Governo, e que não é conivente com golpe à democracia** [...] (*Ibid.*, p.141, destaque nosso)

Destacamos também a fala do deputado José Airton Cirilo, que não faz referência ao histórico de seu partido, mas sim ao seu próprio histórico de luta pela defesa da democracia. Nesta fala, a democracia é enquadrada com sendo construída pela própria agência individual, mas que na medida em que se consolida, representa uma conquista para todos.

JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE.): [...] Sr. Presidente, telespectadores do Brasil, **eu dei a minha juventude em defesa da liberdade, da justiça, do direito e pela democracia. Em nome da democracia que conquistamos**, em respeito à Constituição brasileira, porque eu não vi aqui os argumentos daqueles que propagaram o voto “sim”, dizendo a causa dessa admissibilidade. [...] (*Ibid.*, p.216, destaque nosso)

Outros deputados caracterizam a democracia, através de suas falas, principalmente utilizando adjetivos como “frágil”, “jovem” e “imatura”, ao utilizar destas qualificações, os parlamentares estão classificando a democracia como um processo ainda pouco consolidado no Brasil, isto é, eles contribuem para um enquadramento da democracia

como um processo histórico mais instável, e ainda em continuidade, inclusive sendo passível de ser interrompido. Em falas como JOÃO MARCELO SOUZA (PMDB-MA.): [...] Sr. Presidente, em defesa da nossa **frágil democracia**, da nossa **imatura democracia**, eu voto contra o impeachment. Voto “não” [...] (*Ibid.*, p.208, destaque nosso), o deputado parece denunciar que determinados acontecimentos como o processo de impeachment da Presidente Dilma podem ser fatais para a sobrevivência da própria democracia. Visão que é compartilhada pela deputada Ana Perugini, que discursiva de forma a alarmar para a possibilidade de morte da democracia, através da aceitação do processo de impeachment.

ANA PERUGINI (PT-SP): [...] Deputadas e Deputados, trabalhadoras e trabalhadores que estão nos ouvindo, nossa juventude democrática, **nossa democracia jovem não pode ser ferida de morte neste Parlamento, que deveria defendê-la.** [...] (*Ibid.*, p.181, destaque nosso)

A partir destas frases, poderíamos refletir acerca das considerações da filósofa Hannah Arendt a respeito da democracia. A autora, em sua obra *A Condição Humana* também dá grande relevância ao respeito e à manifestação de diferentes opiniões dentro do mundo político. A existência de múltiplas perspectivas nas relações que compõem o mundo comum, é o fator que permite a mudança e a reconstrução do mesmo, por sua dimensão coletiva. A maneira pelo qual os fenômenos são vistos e apresentados afeta diretamente a política, justamente por esta ser fabricada por este mundo das relações sociais. Arendt inclusive nos alerta sobre os perigos da perda de pluralidade, da mistura do público e do privado, que resultam no desaparecimento da capacidade reflexiva, na banalização do mal, no declínio da ação. Esta eliminação da pluralidade ocorre em nome de interesses privados, que se disfarçam momentaneamente de interesses públicos. Desta forma, argumentaríamos que os deputados que enquadram a democracia como uma construção histórica, de certa forma de associam às ideias arendtianas, ao enquadrarem a democracia como algo em constante construção e em movimento.

3.3 A Democracia como Rito

No terceiro quadro deste artigo encontraremos diversas falas que enquadram a democracia como o respeito tanto ao processo das eleições quanto à constituição federal brasileira de 1988. As falas aqui presentes destacam a importância da efetivação e

aceitação tanto do processo eleitoral como do cumprimento constituição para a consolidação da ideia de democracia. Nestas falas também se encontram certas denúncias a respeito do que seria uma violação destes procedimentos, que representariam se não o fim, uma grande ameaça à democracia.

Em primeiro lugar, a respeito do enquadramento da democracia como o respeito ao resultado e ao próprio processo eleitoral, podemos ver que os deputados em seus discursos defendem uma ideia de que a legitimidade da totalidade de votos, que concebeu Dilma Rousseff à presidência no ano de 2014 é superior à legitimidade do processo de impeachment nas dadas condições contra a mesma. Isto é, os votos da população brasileira nas urnas seriam mais democráticos e representativos da vontade dos mesmos, do que os votos dos deputados na referida sessão. A primeira fala a ser destacada é a do deputado Leo de Brito, LEO DE BRITO (PT-AC): [...] Em **respeito à democracia; em respeito à soberania do voto de 54 milhões de brasileiros;** em respeito à Constituição; na luta por um Brasil melhor [...] (Transcrição oficial, p.173, destaque nosso) sua fala ressalta de certa forma que é através das eleições que se representa a soberania popular, e que é neste mesmo momento que a democracia se concretiza. O deputado Jozi Araújo também enquadra a democracia neste mesmo sentido, JOZI ARAÚJO (PTN-AP): [...] **pela democracia e pelos votos válidos,** eu voto “não”, senhores [...] (*Ibid.*, p.138, destaque nosso). Para complementar a importância da ideia de soberania popular, dentro dos discursos na câmara, há falas, como a do deputado Junior Marreca, que enquadram o fator principal da democracia como o sufrágio universal, inclusive apontando para a ideia de que a democracia não é construída dentro do congresso, a não ser que este se submeta à vontade do povo, que neste caso é apontada como expressa nas urnas, a favor da manutenção da presidência de Dilma Rousseff, e não sua extinção, o congressista supracitado destaca:

JUNIOR MARRECA (PEN-MA): [...] Eu gostaria de dizer ao nobre Deputado Beto Mansur que **nós aqui não estamos fazendo democracia. Nós estaríamos fazendo democracia se déssemos àqueles que estão nas ruas a oportunidade de ir às urnas, votar e escolher o seu Presidente democraticamente.** Aí, sim, estaríamos fazendo democracia. Como disse João Castelo, para não perder a minha dignidade nem minha coerência, voto “não” ao impeachment [...] (*Ibid.*, p.209, destaque nosso)

Podemos observar como estes três deputados apontam que as instituições eleitorais, na medida em que expressam a vontade da soberania popular, são superiores à ideia de

uma representação destas mesmas vontades e interesses populares pelos próprios deputados. Estas falas contribuem diretamente para um tensionamento do enquadramento da democracia como associada apenas à ideia de representação. A frase que demonstra este exemplo de forma mais clara é a do deputado Domingos Neto:

DOMINGOS NETO (PSD-CE): [...] **Solução para o nosso País só pode existir se for através da democracia.** Apresentei nesta Casa, com apoio da maioria, projeto que **convoca plebiscito popular para que a população diretamente decida o nosso futuro. Qualquer solução fora disso não pode ser respeitada por um País que tanto lutou pela democracia.** Sou contra eleições indiretas. Sou a favor da democracia e voto "não" ao impeachment [...] (*Ibid.*, p.215, destaque nosso)

Neste quadro também destacamos outro enquadramento da democracia que também passa por uma ideia de cumprimento de ritos institucionais, no caso a efetivação da constituição, que representou um importante papel na construção discursiva de muitos deputados. A exaltação da constituição nestas falas, como uma dimensão a ser defendida lado a lado à ideia de democracia enquadraria esta última, não como uma representação da vontade popular, mas como a defesa da carta magna, isto é, do cumprimento do um rito burocrático máximo, que deve ser defendido a todos os custos pelos congressistas. Podemos perceber este enquadramento em falas como: CHICO D'ANGELO PT-RJ [...] **Em defesa da democracia, da Constituição e do mandato da Presidenta Dilma,** uma mulher honesta e correta, que foi legitimamente eleita e que não cometeu nenhum crime [...] (*Ibid.*, p.226, destaque nosso). Ou então:

Por esta Constituição que eu jurei aqui defender, em defesa da democracia, sou contra um processo que, na sua essência, no seu mérito, jamais deveria ter sido aceito nesta Casa, sou contra ter na Presidência a dupla Eduardo Cunha e Temer, sou contra, Sr. Presidente. (O SR. ZÉ CARLOS PT-MA. Grifo nosso) (*Ibid.*, p.212, destaque nosso)

Por fim podemos ver também na fala abaixo, do deputado Maurício Quintella, que a democracia é enquadrada como um processo paralelo e inseparável da constituição, na medida em que o deputado argumenta que a Presidente Dilma Rousseff ao ter supostamente atentado contra a constituição, violando seus princípios que determinam as funções dos poderes executivo e legislativo teria violado em mesmo grau a própria democracia. A presidente teria abusado de sua autoridade ao desafiar os papéis do poder legislativo:

MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL): [...] Quero aqui dizer, companheiros, que a Presidente da República não cometeu um crime de responsabilidade: ela cometeu um rol de crimes de responsabilidade. **Ela atentou contra o Orçamento do País, ela atentou contra a competência do Congresso Nacional, ela atentou contra a própria democracia.**[...]. Renunciei à liderança da minha bancada, para chegar a este momento aqui em paz com o meu travesseiro, que é o melhor amigo da minha consciência. Voto “sim” pelo impeachment! Voto “sim” pelo afastamento da Presidenta! [...] (*Ibid.*, p.320-321, destaque nosso)

A respeito das falas dos deputados que enquadraram a democracia como o respeito ao processo eleitoral, voltamos às discussões de Joseph Schumpeter em sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia* para analisa-las. Para este autor, o método eleitoral é apenas a regra que possibilita a democracia, seu procedimento e não sua substância. Schumpeter defende que as eleições são apenas um método, um sistema de instituições voltado para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire poder de decisão mediante uma luta competitiva por votos. Em contrapartida, poderíamos também analisar a importância que os deputados dão ao processo de eleição (aos votos e ao resultado) para construir uma ideia de democracia, à luz da teoria política democrática de Bernard Manin, mais especificamente no que concerne o que o autor define como o primeiro dos quatro princípios do Governo Representativo. Neste princípio Manin destaca a importância que o processo eleitoral adquiriu nas democracias modernas: “A eleição reflete o princípio fundamental do pensamento político moderno, de que nenhum título de origem sobrenatural ou superioridade natural dá a uma pessoa o direito de impor sua vontade a outras” (MANIN, B. 1995 p.3), certamente a fala dos três primeiros deputados federais deste quadro perpassam esta ideia diretamente. Mas também é importante destacar como estas falas se encontram em discordância com o segundo princípio de governo representativo de Manin, na medida em que:

“Embora sejam escolhidos, e possam ser destituídos, pelos governados, os representantes mantêm um certo grau de independência em suas decisões. Nenhum dos governos representativos instituídos desde o final do século XVIII admitiu mandatos imperativos ou concedeu o estatuto de obrigação legal às instruções dadas pelos eleitores”. (MANIN, B. 1995 p.3).

Desta forma, de acordo com Manin, ressalta-se que apesar de representarem seus eleitores, os deputados federais não poderiam enquadrar em suas concepções democráticas, que a opinião que os mesmos formulam e apresentam, é a mesma da opinião do povo, isto é, eles são representantes, e não o próprio povo.

Por fim, destacamos que a partir destes discursos, também poderíamos analisar como este enquadramento da democracia como um cumprimento do texto constitucional se relaciona muito com o conceito de dominação legítima legal, como diz a leitura de QUINTANEIRO; BARBOSA e OLIVERIA (2015) do sociólogo alemão Max Weber:

Há o domínio da legalidade, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada em regras racionalmente citadas. Nesse caso, espera-se o cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno servidor do Estado e por todos os portadores do poder que, sob este aspecto, a ele se assemelham. (WEBER, M. 1979 p. 99)

Weber nos mostra como a política moderna pode ser pensada através da burocratização e racionalização do poder e da vida social. Assim, quando alguns deputados buscam produzir seus pareceres através de interpretações sobre artigos da Constituição, estes estariam, de certa forma, reproduzindo uma ideia de que esta representaria o grande elemento da democracia, reforçando, com isso, um ideal de que a ordem está submetida a uma máxima da aplicação racional do sistema de leis, cabendo aos políticos exercerem apenas funções estipuladas e delimitadas por normas e registros escritos.

3.4 A Democracia como Justiça

O último quadro que apresentaremos neste artigo é aquele que foca em demonstrar como a ideia de democracia apareceu na fala dos deputados como associada fundamentalmente à uma noção de justiça e integridade. Neste quadro argumentaremos centralmente que a democracia foi enquadrada como completamente inconciliável com a corrupção. Observaremos aqui como esta ideia de incompatibilidade entre democracia e corrupção é expressa através da construção de duas narrativas principais que se atravessam. A primeira é a narrativa do combate à corrupção de forma generalizada, como por exemplo na fala do deputado JORGINHO MELLO (PR-SC): [...] pelo privilégio de ser de Santa Catarina, **por entender que corrupção não combina com democracia**, por Santa Catarina e pelo Brasil, eu voto “sim” [...] (Transcrição oficial, p.135, destaque nosso). A segunda narrativa é construída sobre o argumento de que seria uma violação à democracia a “substituição” (através do processo de impeachment) de Dilma, como presidente honesta, por um outro grupo político, que seria corrupto e criminoso.

LUIZ COUTO (PT-PB): [...] **Este ato é um ato ilegítimo, é um golpe, é um estupro contra a democracia.** [...] Esse aí é quem deveria sair daí, esse que está presidindo! Nós vamos reagir! A população vai reagir contra esse golpe, contra os traíras, os golpistas, como esses daqui. **Parece que a turma que está em torno da corrupção está aumentando. Por isso, em nome da democracia,** em nome dos trabalhadores que estão nas ruas, nós vamos reagir e votamos "não"! [...] (*Ibid.*, p.297, destaque nosso)

Ambas as narrativas se encontram justamente no ponto em que enquadram a democracia como necessitada de uma defesa contra a corrupção, a primeira narrativa concebe o impeachment como este remédio contra a corrupção, e a segunda vê este processo como o agravante da corrupção.

HELDER SALOMÃO (PT-ES): [...] **Não posso concordar que o Deputado Eduardo Cunha** presida esta sessão. [...] Isso é um absurdo! **Ele não tem moral política nem ética para estar aqui.** Mas, no dia em que tomei posse, eu fiz um juramento. Jurei defender e respeitar a Constituição. **Jurei defender a democracia.** Por isso o meu voto é “não” ao golpe! [...] (*Ibid.*, p.224, destaque nosso)

A segunda narrativa enquadra a democracia como passível de ser apropriada, ou “gangsterizada” por grupos ou agentes poderosos que representam o interesse próprio, isto é, grupos que utilizariam de a máquina estatal garantirem benefícios para si.

PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB-AP): [...] Eu acho que eu nunca vi tanta hipocrisia junta por metro quadrado. **Dizer que vai votar contra a corrupção, colocando Michel Temer e Eduardo Cunha, como Presidente e Vice-Presidente, é de uma hipocrisia que não tem tamanho.** E o povo sabe e vai enxergar isso. Então, **pela democracia, contra o golpe de Estado e institucional que está sendo feito por esta Casa,** eu voto, tranquilamente, com a minha consciência “não.” [...] (*Ibid.*, p.138-139, destaque nosso)

Destacamos por fim, que a ideia do combate à corrupção assume nas falas dos deputados um papel central na significação da democracia, tanto pela ideia de que esta está contaminada pela corrupção, quanto pela ideia de que a democracia não pode existir junto à corrupção. Ao dizermos que o enquadramento da democracia nestas falas passa então por uma noção de justiça, estamos analisando como os parlamentares de certa forma desconfiam não só da eficiência das instituições democráticas, mas como de seus próprios afins, os outros deputados e políticos. A corrupção estaria desta forma localizada nas próprias instituições democráticas representativas, colocando em cheque todos aqueles que adquiriram suas posições institucionais através do voto. A partir do escrutínio principalmente dos próprios políticos eleitos, presidentes ou deputados, como responsáveis pela corrupção da democracia, estas falas contribuiriam para uma narrativa

de rejeição e desconfiança das instituições e agentes legitimados pelo voto, o que também poderia ameaçar a democracia.

4. Conclusões

Na disputa discursiva sobre o significado da democracia, dentro do contexto de votação do julgamento da aceitação do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, as falas dos congressistas se distinguiram dentre o que podem ser classificados como os quatro quadros interpretativos explicitados. Enquanto a maioria dos deputados tendeu a enquadrar a democracia principalmente como o processo representativo ou como a efetivação das eleições ou da constituição, uma considerável parcela também apresentou outros enquadramentos significativos, como o da justiça pelo combate à corrupção e o da democracia como um processo de construção histórica.

Compreendemos assim a importância da linguagem para a construção dos significados e da própria realidade. Observamos também como as manifestações populares, o resultado das eleições, as interpretações sobre o texto da constituição, etc. Atravessaram os discursos e os enunciados dos deputados a respeito do significado da democracia. Desta forma isto demonstra como as orações foram atravessadas não só pelos sujeitos que os verbalizaram, mas também pelas tramas sociais que os englobam, e que por fim, dizem muito respeito às próprias possibilidades sócio-históricas das formações de determinados discursos.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense 2005

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

ENTMAN, Robert M. (1993), “Framing: toward a clarification of a fractured paradigm”. *Journal of Communication*, 43 (4): 51-58.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15 ed. São Paulo: Edição Loyola, 2007

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, Ano 10, outubro de 1995.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia; OLIVEIRA, Márcia. *Um Toque de Clássicos MARX | DURKHEIM | WEBER*. 2ª ed. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2015.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 [1942].

WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Ed. UnB, 2003.

Transcrição oficial da sessão deliberativa extraordinária da Câmara dos Deputados, realizada em 16 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>>, acesso em 01/12/2016.